

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

O Globo

Título: Caminho mais difícil2

Folha de S. Paulo

Título: Vida real 7

Correio Braziliense

Título: Afagos à base aliada e elogios a Meirelles..... 9

Valor Econômico

Título: Mudança em MP aumenta contas de luz 11

Título: Moreira mobiliza BNDES e líder na Câmara para avançar em privatização 13

Título: Debandada continua e cai mais um secretário..... 14

Título: Petrobras não prevê problema em discussão com União 15

Título: Presidente elogia Meirelles em posse de ministros 18

Título: Porque não se movem 20

Título: Eletrobras altera data para venda de distribuidora..... 25

Título: Articulação fraca é principal risco político, diz Volpon 27

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Caminho mais difícil2

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....5

Título: Resultados do leilão de energia são promissores..... 5

Título: Térmicas do CE custam R\$ 81 mi na conta de luz..... 6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Vida real	7
Título: Mineradora é multada em R\$ 72,6 milhões pelo Ibama	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Afagos à base aliada e elogios a Meirelles.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Mudança em MP aumenta contas de luz	11
Título: Moreira mobiliza BNDES e líder na Câmara para avançar em privatização	13
Título: Debandada continua e cai mais um secretário.....	14
Título: Petrobras não prevê problema em discussão com União	15
Título: Alteração em medida sobre venda de petróleo desagrada governo	17
Título: Presidente elogia Meirelles em posse de ministros	18
Título: Porque não se movem	20
Título: Shandong estreia no Brasil com obra de R\$ 1,9 bi da Petrobras.....	22
Título: Destaques	24
Título: Eletrobras altera data para venda de distribuidora.....	25
Título: Produção de cana supera as expectativas	26
Título: Articulação fraca é principal risco político, diz Volpon	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Bárbara Nascimento E Ramona Ordoñez

Título: Caminho mais difícil

Para presidente da Câmara, nomeação de Moreira Franco atrapalha privatização da Eletrobras.

O projeto do governo para privatizar a Eletrobras deve ter o andamento prejudicado na Câmara com a ida de Moreira Franco para o **Ministério de Minas e Energia**. Em reunião com aliados ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o governo escolheu para a pasta um nome que “não tem boa articulação” no Congresso. As considerações de Maia, que foram levadas ao ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, se somaram ao

mau humor do mercado com as mudanças na pasta, cuja área técnica sofreu uma debandada desde que Moreira foi anunciado como novo titular. — Sou a favor e vou trabalhar a favor (da privatização). Disse apenas que o novo ministro não tem boa articulação aqui. Eu continuo, quase que solitário, trabalhando a favor do projeto da Eletrobras. Disse (ao Marun) que o governo tinha colocado um ministro com pouco trânsito na casa para pautar — afirmou Rodrigo Maia ao GLOBO. O mercado também recebeu mal a notícia da ida de Moreira para Minas e Energia e, principalmente, as mudanças na equipe técnica do ministério.

O secretário-executivo, Paulo Pedrosa, renunciou na semana passada, e o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, na segunda-feira. Junto a eles, saem assessores técnicos que integravam suas equipes — tidas como referências por executivos e analistas do setor. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, foi confirmado no cargo. A nomeação de Moreira foi interpretada como uma forma de o presidente Michel Temer manter o foro privilegiado de um de seus principais auxiliares, que é investigado na Operação Lava-Jato. Em uma tentativa de acalmar os investidores e sinalizar continuidade na política do ministério, Moreira decidiu promover o engenheiro Márcio Félix ao cargo de secretário-executivo, número dois e posto-chave na pasta. Antes secretário de Petróleo e Gás, ele foi o articulador da retomada dos leilões do setor e disse que a prioridade do ministério será a privatização da Eletrobras.

‘ESPERO QUE PRESIDENTE DA CÂMARA ME AJUDE’

As mudanças em Minas e Energia ocorreram após a saída de Fernando Coelho Filho, que disputará as eleições em Pernambuco. Ele é próximo ao presidente da Câmara e se filiou ao DEM na semana passada. Por isso, a avaliação de um dos presentes na reunião de líderes ontem é que não há disposição neste momento, por parte de Maia, para tocar o projeto de privatização. Ao GLOBO, Maia disse que não deixará de pautar, mas criticou a articulação política: — Não deixarei (de pautar), mas a articulação está ruim. Ontem, as ações ordinárias da Eletrobras voltaram a subir e fecharam em alta de 3,59%. Mas, desde sexta-feira, ainda acumulam queda de 14,89% com a expectativa de mudança no comando da pasta e sua confirmação. Segundo Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial, os investidores esperavam algum avanço na privatização. Como isso não ocorreu, a expectativa do analista é que os papéis voltem a cair. Ontem, a Bolsa encerrou em alta de 1,44% com melhora no cenário interno, e o dólar recuou 0,23%, fechando em R\$ 3,413.

O presidente da Câmara não compareceu ontem à posse, no Palácio do Planalto, de Moreira e outros nove ministros. Maia é casado com a enteada de Moreira, mas ambos têm tido rugas. A privatização da Eletrobras é um dos

principais projetos do governo federal para este ano. O Executivo conta com uma arrecadação de pelo menos R\$ 12,2 bilhões decorrentes da operação. Procurado, Moreira disse esperar a contribuição de Maia para aprovar a privatização: — Eu espero que o presidente da Câmara me ajude, já que ele avalia como muito limitado o meu trânsito. Com isso, vamos juntos fazer com que o projeto de capitalização da Eletrobras, que é tão importante para o Brasil, seja aprovado. Instalada há quase um mês, a comissão especial que analisa o projeto não avança. Até agora, foram realizadas quatro reuniões, todas marcadas pela resistência de deputados da oposição. Outras três agendadas foram canceladas. Nem sequer o plano de trabalho foi aprovado até agora.

RELATOR COBRA APOIO DOS GOVERNISTAS

Para a reunião de ontem também estava prevista a votação de requerimentos, primeiro passo para o início efetivo dos trabalhos, mas nenhum deles foi votado. O relator do projeto de privatização, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), já avisou que pretende pedir urgência para a proposta, para levar a discussão diretamente ao plenário da Câmara. Para aprová-la, o governo precisa de maioria simples. O relator reclama da baixa presença de deputados governistas na comissão, enquanto a oposição obstrui os trabalhos. — O debate está morrendo e não é por culpa da oposição. A base do governo está acomodada e não veio debater a matéria — afirmou. Ontem, Moreira se encontrou com o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, para confirmar sua continuidade à frente da estatal e discutir a privatização da empresa. Segundo Ferreira, Moreira disse que pretende intensificar a articulação com o Congresso para aprovar no primeiro semestre o projeto que autoriza a venda do controle da empresa.

Ferreira disse que Moreira também quer promover um alinhamento entre o BNDES e a Eletrobras para acelerar a contratação de serviços para preparar a estatal para desestatização, como a separação de Eletronuclear e Itaipu, as melhorias no estatuto da empresa, entre outros. Ferreira vai continuar a comandar não só a privatização da estatal, mas também a das seis subsidiárias distribuidoras de energia no Norte e no Nordeste e a venda das participações acionárias em várias outras empresas. Com as dificuldades apontadas na privatização, Maia já decidiu quais pautas econômicas terão prioridade na Câmara. Ele abraçou, principalmente, os projetos encabeçados pelo Banco Central, como a ampliação da autonomia do BC, da criação de depósitos voluntários e do registro da duplicata eletrônica.

O discurso de Maia é apoiar projetos que melhorem o ambiente econômico. Pautas de cunho fiscal, como a reoneração da folha de pagamentos, ficam prejudicadas. Por enquanto, dois itens estão na linha de frente das negociações. Ontem, ficou acertada a votação do projeto que amplia o cadastro positivo. A

autonomia do Banco Central precisa ainda de maior negociação. Também está na lista de projetos que devem andar na Câmara o que muda a relação entre Tesouro Nacional e Banco Central, alterando a forma como os lucros auferidos em operações cambiais são contabilizados pelo Tesouro.

Opinião : INTERESSES

É TARDIA a decisão da venda da Infraero, porque sempre houve muita resistência em se desfazer deste amplo cabide de empregos à disposição de políticos. Além da oposição ideológica a privatizações nos 12 anos de governos petistas.

FONTE DE martírio dos usuários de aeroportos, a Infraero tem estado sob controle do PR, de Valdemar Costa Neto, ex-deputado e ex-presidiário mensaleiro, opositor da privatização do Santos Dumont e de Congonhas para não reduzir as receitas da estatal.

É PRECISO saber como esses interesses serão acomodados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Resultados do leilão de energia são promissores

O leilão de geração de energia de reserva promovido há dias pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) teve resultados muito positivos do ponto de vista dos preços médios da energia, muito inferiores aos tetos admitidos pela agência reguladora. O resultado é promissor para os consumidores de eletricidade, que pagam tarifas elevadas, entre as mais caras do mundo.

Foram contratados no leilão A-4, para entrega de energia a partir de 2022, um total 39 empreendimentos, entre hidrelétricas, usinas movidas a biomassa, eólicas e solares fotovoltaicas. Tanto a potência contratada (de 1.024 MW) como o volume de energia física assegurado (356 MW) são pouco expressivos, mas, mesmo assim, especialistas entendem que os preços podem se tornar, em alguns casos, referência para os próximos leilões.

Com deságio recorde de 73,5%, os projetos eólicos venderão energia a R\$ 67,60 o MWh, muito inferiores ao mínimo de R\$ 97,49 o MWh observado nos leilões anteriores da Aneel. Os projetos de energia solar mostraram deságio de 62,2% e preço de R\$ 118,07 o MWh, para um mínimo histórico de R\$ 143,50 o MWh. O deságio das térmicas a biomassa foi de 39,5% e o das hidrelétricas, de 31,92%.

Segundo o então presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, os preços contribuirão para “segurar a alta de tarifas e trazê-las novamente ao patamar razoável”. Toda a demanda de energia das distribuidoras foi atendida no leilão, marcado por elevada oferta de projetos que ficaram represados entre 2015 e 2017, quando as incertezas econômicas eram maiores.

Em alguns casos, os geradores não venderam para as distribuidoras toda a energia nova que será produzida em decorrência do leilão A-4, deixando parte da produção para ser oferecida no mercado livre, cujos preços oscilam conforme a oferta e a demanda. Um diretor da Aneel, Tiago Correia, notou que o leilão, realizado no dia da rejeição do pedido de habeas corpus do ex-presidente Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não foi afetado por eventos políticos.

Isso reforça, segundo Correia, a atratividade do setor elétrico. O leilão é, portanto, um sinal positivo para os investimentos de longo prazo. A expectativa da agência reguladora é de que o leilão A-4 permita atrair investimentos num total de R\$ 5,27 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Térmicas do CE custam R\$ 81 mi na conta de luz

Taxa extra cobrada do consumidor de todo o País cobre gastos com água de duas usinas.

A lista de penduricalhos lançados sobre a conta de luz do consumidor de energia de todo o País passou a incluir, nos últimos meses, o pagamento de contas de água de usinas térmicas do Ceará. A origem da cobrança – que ultrapassa R\$ 81 milhões – está em um “encargo emergencial” que o governo do Ceará criou em 2016 para combater a crise hídrica, aumentando o preço do insumo para duas térmicas instaladas no porto de Pecém.

Para inibir o consumo das usinas, o governo cearense criou o encargo que aumentava em quase cinco vezes o preço da água usada para resfriar as turbinas das térmicas. Depois de longa disputa judicial, as empresas EDP e Eneva, donas das usinas Pecém I e II, respectivamente, obtiveram na Justiça o direito de repassar a taxa extra para o custo da energia que entregam.

Como essa energia é enviada para o “mercado regulado” do setor elétrico, no qual estão todos os consumidores do País, o custo migrou para a conta de luz.

Desde setembro de 2016, quando o encargo foi criado, até janeiro deste ano, mais de R\$ 81 milhões foram cobrados do consumidor nacional. Por mês, a taxa custa R\$ 5 milhões e a cobrança não tem data para acabar.

Em agosto, o governo do Ceará emitiu decreto definindo que o “encargo hídrico emergencial” será cobrado enquanto houver escassez hídrica no Estado, vigorando por tempo indeterminado. “Olhamos aqui para a questão da água e, como Estado, achamos por bem estabelecer normas para lidar com essa situação. Essa questão do ressarcimento é algo que envolve os geradores e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que regula o setor.

Não temos relação com isso”, disse Francisco Teixeira, secretário de Recursos Hídricos do Ceará. Quando as taxas passaram a ser cobradas, a Aneel foi procurada pelas empresas, que queriam repassar o custo para a conta de luz. A agência negou o pedido. No ano passado, porém, as empresas conseguiram decisão favorável na Justiça.

As térmicas de Pecém se conectam à rede de abastecimento que acessa a água do Açude do Castanhão, o maior do Ceará, a 280 quilômetros de distância de suas instalações. O reservatório está com apenas 4,6% de seu volume total de água.

Reportagem publicada pelo Estado na semana passada mostrou que, no ano passado, o consumidor de energia bancou R\$ 4 bilhões em programas públicos que não têm relação com o setor elétrico e, segundo o Tribunal de Contas da União, não são fiscalizados pelo governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Vida real

Painel :

Maia explicou que há resistência à reoneração e que o novo **Ministro De Minas E Energia, Moreira Franco**, não tem o mesmo acesso ao Congresso que o antecessor —que já não havia conseguido fazer a proposta andar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: Carolina Linhares - De Belo Horizonte

Título: Mineradora é multada em R\$ 72,6 milhões pelo Ibama

Em menos de um mês, dois vazamentos de minério de ferro foram registrados do mineroduto da empresa Anglo American, em MG

O Ibama multou nesta terça-feira (10) a mineradora Anglo American em R\$ 72,6 milhões pelos dois rompimentos do mineroduto que transporta polpa de minério de ferro de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

Os vazamentos, ocorridos em 12 e 29 de março, lançaram 947 toneladas de minério de ferro em Santo Antônio do Grama (MG), de acordo com o Ibama.

O órgão já havia determinado a paralisação das operações do mineroduto até a realização de uma inspeção detalhada que ateste a segurança das instalações.

No total, foram aplicadas cinco multas à mineradora. Três delas são pelo primeiro vazamento: R\$ 12,55 milhões por poluição que pode resultar em dano à saúde humana, R\$ 15 milhões por poluição da água e interrupção do abastecimento da cidade e R\$ 12,55 milhões pelo lançamento de minério de ferro no ambiente.

As outras duas multas, pelo segundo rompimento, são de R\$ 17,5 milhões por poluição e R\$ 15 milhões pelo lançamento de minério.

Há quase um mês, 300 toneladas de minério de ferro vazaram do duto para o ribeirão Santo Antônio, causando a interrupção do abastecimento de água dos moradores. Foi necessário o uso de caminhões-pipa.

Na época, a mineradora anunciou medidas para conter os danos do rompimento. Uma delas foi instalar um método alternativo de captação de água e, por isso, o fornecimento não foi afetado no segundo rompimento, ainda maior — 647 toneladas de polpa de minério.

O Ibama aguarda que a mineradora apresente um plano de recuperação das áreas degradadas.

A Anglo American afirma que o produto que vazou não é perigoso. De acordo com a empresa, a polpa é composta por 70% de minério de ferro e 30% de água, injetada no duto para permitir o escoamento do minério.

Com 525 km de extensão, o mineroduto Minas-Rio corta 32 municípios.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rosana Hessel e Rodolfo Costa****Título: Afagos à base aliada e elogios a Meirelles**

Ao empossar 10 novos ministros ontem, o presidente Michel Temer procurou prestigiar a base aliada e fortalecer o MDB para as eleições deste ano, além de reforçar o papel político do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Recém-filiado ao partido, o ex-chefe da equipe econômica é pré-candidato da legenda para concorrer à Presidência da República em outubro, assim como Temer. Ao discursar na solenidade de posse, no Palácio do Planalto, o presidente enfatizou a recuperação da economia e não poupou elogios a Meirelles. “Você nos deixa como um dos melhores ministros da Fazenda que o Brasil já teve”, afirmou.

Durante a cerimônia de transferência de cargo, o novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou que o governo apoiará a mudança de estratégia do BNDES, que passará a buscar clientes no mercado com taxas bastante similares às dos bancos privados. “O BNDES vai ter que se reinventar e se aproximar do setor privado, não para competir, mas para cooperar”, disse.

Servidor de carreira, Colnago reconheceu que o desafio que terá pela frente não é pequeno, porque as contas públicas terão deficits primários por mais três anos. “Temos uma economia em recuperação, em um ambiente em que a situação fiscal do governo federal e de vários estados e municípios é muito frágil”, advertiu.

Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a atual equipe econômica manterá o nível de qualidade da anterior. “Espero avanços na privatização da Eletrobras e nas medidas no Congresso, especialmente o cadastro positivo. Mas, pelo menos até o fim do ano, estamos garantidos, sem riscos na economia”, afirmou.

Dentro do governo, a avaliação é a de que, das 15 medidas consideradas prioritárias pela equipe econômica, anunciadas após a confirmação do adiamento da reforma da Previdência, apenas três têm chances de avançar: a regulamentação do teto do funcionalismo, a liberação dos R\$ 26 bilhões do Fundo Soberano e a privatização da Eletrobras. Esta última, terá como principal defensor o novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, ex-secretário-geral da Presidência.

Como os novos ministros da área econômica, com exceção de Moreira Franco, possuem perfis técnicos, especialistas acreditam que eles dificilmente conseguirão negociar as pautas econômicas mais espinhosas com o Congresso,

como a reoneração da folha de pagamentos e o congelamento dos salários dos servidores. Portanto, caberá a eles cumprir a agenda mais burocrática, como encaminhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 ao Congresso ainda nesta semana. A LDO deve definir a meta fiscal do próximo ano, que será de déficit de R\$ 129 bilhões, segundo integrantes da equipe econômica.

Fontes próximas ao Planalto avaliam que, com a reforma, Temer privilegiou o PP, que saiu mais fortalecido após o fechamento da janela partidária na última sexta-feira. A legenda ficou com dois ministérios (Saúde e Cidades) e manteve um indicado na presidência da Caixa Econômica Federal.

Na área econômica, o presidente agiu de forma conciliadora no cabo de guerra entre Fazenda e Planejamento, reduto do ex-ministro e senador Romero Jucá (MDB-RR), que articulava para que o então titular da pasta, Dyogo Oliveira, fosse para a Fazenda. Meirelles, por sua vez, tinha um indicado para a Fazenda, o secretário executivo, Eduardo Guardia, e outro para o Planejamento, o secretário de Acompanhamento Fiscal, Mansueto Almeida, caso Oliveira aceitasse presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Diante do impasse e de protestos de técnicos dos dois ministérios, Temer preferiu deixar cada um mandando em seu terreno. Ele agradou ao ex-ministro da Fazenda nomeando Guardia para substituí-lo. E também contentou Jucá ao nomear Oliveira como presidente do BNDES e alçar Esteves Colnago da secretaria executiva para o comando da pasta.

Campanhas separadas

Após o evento, Meirelles informou que, a partir de hoje, ele e Temer passam a fazer campanhas separadas para a chapa dentro do partido. “Amanhã (hoje), estarei em Rio Verde, Goiás, em uma feira do agronegócio. Na sexta-feira, vou ao interior de São Paulo. Estamos fechando a agenda da semana que vem. Tinha alguns compromissos no exterior, mas vou a um evento do Banco Santander em São Paulo”, disse o ex-ministro. O próximo item da agenda é uma viagem a Recife.

De acordo com Meirelles, ele e Temer estão em sintonia. “Trabalhamos juntos por quase dois anos e acredito que estamos bem sintonizados e na direção certa”, afirmou. Em relação ao sucessor, disse esperar que Eduardo Guardia dê sequência ao trabalho iniciado em sua gestão. “Guardia tem tudo para continuar o que fizemos nesse período”, completou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Mudança em MP aumenta contas de luz**

O novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, já tem uma bomba-relógio para desarmar. Mudanças na MP 814, medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, podem jogar uma conta bilionária no colo dos consumidores de energia e deflagrar novas fontes de incerteza para a privatização da Eletrobras. Também limpam o terreno para uma redefinição das tarifas da usina nuclear de Angra 3, que está com suas obras paradas desde 2015, quando as empreiteiras responsáveis foram pegadas pelas investigações da Lava-Jato.

O texto original abria caminho para a venda das distribuidoras controladas pela estatal e revogava um trecho de lei sancionada em 2004 que impedia sua entrada no Plano Nacional de Desestatização (PND). Com isso, o governo ficava autorizado a contratar os estudos para a operação de aumento de capital da companhia.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ), relator da medida provisória, pretende apresentar seu parecer na próxima terça-feira com alterações importantes no texto que saiu do Palácio do Planalto. Uma das emendas que devem ser acatadas é de sua própria autoria e transfere para os consumidores um aumento nos custos com a compra de gás natural por usinas térmicas contratadas às vésperas do racionamento de energia no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Especialistas advertem sobre o risco de um "tarifaço" - especialmente na região Nordeste.

O Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), criado em 2000, foi responsável pela construção de 21 usinas que somam em torno de 8,8 mil megawatts (MW) de potência instalada. A Petrobras garantia o fornecimento de gás.

O problema é que o preço definido em contrato - US\$ 4 por milhão de BTU (unidade de referência do setor) - ficou defasado. Com isso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já enfrenta restrições para acionar essas térmicas. Uma delas, a Termofortaleza (CE), ficou quase quatro meses em operar devido à falta de gás. Para a Petrobras, tornou-se mais barato pagar multas contratuais do que fornecer o insumo por um valor muito baixo.

A emenda do relator diz que a diferença entre os preços inicialmente pactuados e o "preço médio de mercado do gás natural praticado no país" - hoje em torno de US\$ 7 - será arcada pelos consumidores de energia por meio do Encargo de

Serviços do Sistema (ESS). O sistema de equalização valeria até 2024, quando termina o programa emergencial introduzido na gestão FHC.

Cálculos preliminares da Abrace, a associação dos grandes consumidores industriais de energia, apontam que a mudança pode ter um impacto de R\$ 2,5 bilhões para o ESS. A estimativa considera o quanto essas usinas têm sido acionadas no passado recente. O encargo pode ser pago por todos os consumidores do país ou pelos consumidores do subsistema (região) ao qual pertence cada térmica, dependendo dos motivos.

"O impacto para os consumidores é bilionário", afirma o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e presidente-executivo da Abrace, Edvaldo Alves Santana. "O repasse de custos pode representar um aumento de 2% a 3% nas tarifas."

Como há grande concentração das usinas do PPT no Nordeste, o efeito seria particularmente negativo para clientes de empresas como Coelce (CE) e Celpe (PE), caso a conta do encargo seja localizada em vez de recair sobre os consumidores do país como um todo.

O relator Julio Lopes discorda da avaliação de que essa conta será pesada. "É muito residual e resolve os imbróglios jurídicos que restringem a ligação das térmicas."

Lopes chama a atenção para outras mudanças na medida provisória. Uma delas transfere para a Eletronuclear as receitas provenientes da comercialização de energia da hidrelétrica binacional de Itaipu. O objetivo é sanear o balanço financeiro da empresa, que precisa ser segregada da Eletrobras antes da sua privatização.

O deputado também afirma ter incluído na MP 814 uma "recomendação" de alta no valor do megawatt-hora a ser produzido pela usina de Angra 3. Hoje estimado em R\$ 240, esse valor seria equiparado à "média internacional". Isso giraria em torno de R\$ 500 por MWh. Lopes diz ter conversado com dirigentes da Eletronuclear e de bancos públicos credores da obra, que está com 63% de execução, além de ter entrado em acordo com o governo.

Com uma redefinição do preço, seria possível buscar parceiros internacionais e retomar a obra. O **Valor** apurou, no entanto, que a equipe recém-saída do Ministério de Minas e Energia divergia da medida por entender que o estouro orçamentário de Angra 3 seria repassado indevidamente aos consumidores pelo aumento de tarifa.

Lopes antecipa ainda que excluirá do texto original o artigo que revogava a proibição de entrada da Eletrobras no PND. Para ele, isso não atrapalhará a

contratação dos estudos técnicos, mas o governo tem dúvidas. "Sou favorável à privatização", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Moreira mobiliza BNDES e líder na Câmara para avançar em privatização

Em um esforço para reverter o desânimo do mercado e agilizar iniciativas prioritárias de sua nova pasta, como a privatização da Eletrobras e a reforma do setor elétrico, **o ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** entrou ontem em campo na tentativa, segundo suas próprias palavras, de dar uma "animada nas coisas". Antes mesmo da posse, no início da tarde, usou seu capital político para mobilizar o governo e a base aliada em torno das prioridades do ministério.

Moreira cobrou rapidez do presidente do BNDES, Dyogo de Oliveira, na elaboração dos estudos para o aumento de capital da Eletrobras. Teve uma conversa com o líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para fazer um diagnóstico sobre a paralisia nos trabalhos da comissão especial que analisa o projeto enviado ao Congresso. E pediu à Casa Civil para concluir a avaliação do novo marco regulatório do setor elétrico, cujo texto foi fechado pela equipe anterior do ministério, mas que está travado no Palácio do Planalto.

"Vamos animar as coisas", disse Moreira, em conversa com o **Valor** em seu gabinete, minutos depois da posse. Lembrado sobre as queixas do relator, José Carlos Aleluia (DEM-BA), ele se mostrou otimista com uma melhoria da coordenação política e com o cumprimento dos planos de concretizar a emissão de ações no segundo semestre.

"Conversei com o líder Aguinaldo Ribeiro para que ele nos ajude no Congresso. Estamos preparando uma ação parlamentar. Tenho confiança de que faremos andar no Congresso. E espero que o presidente [da Câmara] Rodrigo Maia colabore para que possamos criar um ambiente favorável", disse.

Maia, por sua vez, afirmou ontem que é "bobeira" a notícia de que vai segurar a tramitação do projeto de lei da privatização da Eletrobras, porque discordaria da nomeação de Moreira Franco para Minas e Energia.

"Claro que vai tramitar. Acho que a articulação do ministro Moreira aqui não é boa, e a comissão já vai muito mal. Única coisa que eu disse é que, se a base não se organizar, vai ficar muito difícil votar. Mas vou pautar, porque sou a favor e entendo que é muito difícil para o Brasil", afirmou ao **Valor**.

Moreira recebeu ontem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., para uma reunião no Planalto. Além da confirmação de que o executivo ficará no cargo, em meio à debandada de técnicos respeitados pelo mercado, o ministro acertou a constituição de uma espécie de força-tarefa para acompanhar os processos de venda das seis distribuidoras controladas pela empresa e as participações em 70 sociedades de propósito específico (SPEs) de geração e transmissão.

De acordo com o ministro, Ferreira lhe fez "uma exposição detalhada, mas preocupante" sobre a situação financeira da estatal. "É a 16ª maior empresa de energia do mundo, mas só fica entre as 50 maiores em valor de mercado. O tamanho não corresponde aos seus resultados financeiros."

Sem uma capitalização, a Eletrobras não terá como acompanhar as necessidades de investimento, já que a economia se recupera e requer mais obras no setor. "Daí a principal razão para capitalizar. Temos que acelerar isso."

Moreira Franco ainda não fez mais nomeações em sua equipe. Ele levará seu secretário-executivo na Secretaria-Geral, Joaquim Lima, provavelmente como chefe de gabinete. Tem buscado quadros e orientações com o economista Adriano Pires, a quem conhece há mais de duas décadas, mas ele não exercerá cargo formal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Debandada continua e cai mais um secretário

O secretário de geologia e mineração, Vicente Lôbo, pediu demissão e ampliou a debandada do **Ministério de Minas e Energia** após a troca de comando na pasta. Oriundo da iniciativa privada, ele é mais um dos xodós do mercado que preferiram entregar o cargo e não ficar na equipe do novo ministro Moreira Franco.

O **Valor** apurou que Moreira fez um apelo ao secretário para continuar, mas ele não aceitou. Sua substituta deve ser Maria José Gazzi Salum, diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da secretaria, que é respeitada no mercado. Mesmo assim, com o cuidado de não falar publicamente, executivos de várias empresas lamentaram a saída. Ex-diretor da Bunge e da Vale Fertilizantes, Lôbo foi para o governo em junho de 2016, depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Ele pretende fazer uma transição durante as próximas duas semanas.

Lôbo foi um dos principais mentores do pacote de fomento à mineração lançado no ano passado. As medidas incluíam um aumento dos royalties, a reforma do código de mineração que estava em vigência desde 1967 e a criação de uma agência reguladora para substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

As mineradoras têm preocupações imediatas. Está travada, no Palácio do Planalto, uma minuta de decreto presidencial para regulamentar o novo marco regulatório sancionado pelo presidente Michel Temer em dezembro. O decreto tem pontos considerados prioritários pelas companhias, como o uso de direitos minerários como garantias reais em financiamentos bancários e um novo sistema para acabar com as filas de interessados na exploração de jazidas largadas.

A minuta já foi finalizada pelo MME, mas ficou retida no Planalto e não tem data para sair, o que tem deixado as empresas ansiosas. Outro ponto de aflição é a paralisia que, na prática, impede a entrada em funcionamento da Agência Nacional de Mineração (ANM). Ela terá uma diretoria colegiada com cinco integrantes.

A bancada mineira do MDB reivindica a indicação do diretor-geral e já teria, segundo diferentes fontes, uma preferência: o engenheiro Sérgio Dâmaso, ex-superintendente do DNPM em Minas Gerais e ex-chefe nacional da autarquia no governo Dilma, quando o ministro de Minas e Energia era o senador Edison Lobão (MDB-MA). A criação da agência era um pedido histórico das empresas para profissionalizar o setor, que faturou US\$ 25 bilhões no ano passado e emprega 185 mil trabalhadores diretos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras não prevê problema em discussão com União

A reforma ministerial anunciada pelo presidente Michel Temer não deve atrapalhar as negociações em curso entre a União e Petrobras para revisão do contrato da cessão onerosa, disse ontem o presidente da estatal, Pedro Parente. O prazo para conclusão da comissão formada por representantes das duas partes, para discutir o assunto, se encerra na segunda quinzena de maio.

Assinado em 2010, o contrato da cessão onerosa concedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris de petróleo, como parte do processo de capitalização que culminou no aumento da fatia da União no capital da Petrobras.

"Não vejo que teremos nenhum problema para a discussão da cessão onerosa. Não temos mudanças [no cronograma da discussão]... Na minha visão, pode até melhorar a garantia de que terminaremos [a renegociação] dentro do cronograma estabelecido", afirmou Parente a jornalistas ontem, em Londres, ao participar de evento promovido pela Embaixada do Brasil.

Ao ser questionado sobre o assunto, o executivo explicou que o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, já vinha atuando como "líder das negociações pelo governo" nas discussões sobre cessão onerosa. Destacou que o novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, está "atento sobre tudo que está acontecendo".

Segundo Parente, **Moreira Franco** "é uma escolha muito boa. É uma pessoa próxima ao presidente Temer, ele vai continuar o que estava sendo feito pelo ex-ministro Fernando Coelho Filho".

A equipe dedicada a negociar a revisão do contrato é composta por membros dos ministérios do Planejamento, Fazenda e **Minas e Energia**. As três pastas passaram por mudanças, mas os integrantes da comissão foram mantidos: os novos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia, já faziam parte da comissão da cessão onerosa.

No Ministério de Minas e Energia, o novo secretário-executivo, Márcio Félix, estava envolvido nas negociações quando ainda era o secretário de Petróleo e Gás do ministério.

O contrato original da cessão onerosa, de US\$ 42 bilhões, previa uma rodada de revisão dos parâmetros do negócio após a declaração de comercialidade das áreas (quando a descoberta tem viabilidade comercial atestada). Acontece que os preços do barril de petróleo oscilaram bastante desde então.

Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril estava próximo dos US\$ 80, mas em fins de 2014 (data da declaração de comercialidade da maioria dos campos) se encontrava abaixo de US\$ 60 o barril.

Parente foi questionado também sobre os riscos de interrupção do processo da reestruturação da companhia a partir do ano que vem, num novo governo. Segundo ele, no entanto, se a empresa conseguir cumprir suas metas previstas e entregar "bons resultados" este ano, "será difícil para as próximas administrações fazerem mudanças fortes" no comando da estatal.

Sobre uma possível privatização da Petrobras, Parente disse que, em sua opinião, essa discussão, neste momento, não contribuiria para que a petroleira "alcance suas metas".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Vandson Lima | De Brasília****Título: Alteração em medida sobre venda de petróleo desagrada governo**

Vice-líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) apresentou uma importante mudança, que desagrada ao governo, no relatório da Medida Provisória 811, que permite a venda direta do petróleo extraído da camada do pré-sal em posse da União.

O novo texto permite a realização de leilões de contrato de longo prazo para refino do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União, especificamente em novas unidades no Brasil, com o objetivo de ampliação da cadeia de refino e petroquímica.

"O governo resiste muito à possibilidade, entende que é melhor monetizar logo os recursos para compor o fundo, ao invés de adensar a cadeia de refino", afirma o relator. "Mas é uma manifestação muito forte aqui do parlamento e procuramos agasalhar."

Pré-candidato ao governo do Estado de Pernambuco, Bezerra é pai do ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho, que deixou há poucos dias o cargo, no prazo de desincompatibilização para retornar à Câmara dos deputados e concorrer à reeleição.

"Trouxemos para o relatório emendas que revelavam a preocupação de o excedente de óleo ser processado no Brasil, ampliando nossa capacidade de refino e investimentos no setor petroquímico. Já importamos hoje mais de 650 mil barris de derivados de petróleo por dia. Como segurança estratégica nacional, é importante ampliar nossa capacidade de refino", disse o senador.

A receita com a comercialização do petróleo será destinada ao Fundo Social (FS), voltado à educação e saúde. O valor repassado é o deduzido de tributos e gastos com a comercialização. Outra mudança trazida no relatório, esta com aval do governo, prevê o pagamento do excedente em óleo da União possa ser feito não apenas em óleo bruto, mas também em dinheiro. "Essa sugestão foi do governo, no sentido de reduzir custos de comercialização e resguardar o fundo social." Foi dado prazo até hoje para análise do parecer de Bezerra.

A comissão mista aprovou ontem parecer do senador Romero Jucá (MDB-RR) sobre a MP 817, que estabelece regras para incorporação de servidores de ex-territórios aos quadros da União.

A proposta abarca servidores que trabalharam nos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá entre 1988 e 1993. Regulamenta as emendas constitucionais 60, 79 e 98, que dispõem sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos dos ex-territórios para reintegrar esses trabalhadores aos quadros da União.

Nos bastidores, a proposta é vista como um trunfo político de Jucá, líder do governo e que buscará a reeleição ao Senado este ano. Segundo o parecer, a incorporação custará pelo menos R\$ 3,5 bilhões aos cofres da União, montante já previsto no Orçamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé, Cristiane Bonfanti, Fábio Pupo e Rafael Bittencourt | De Brasília

Título: Presidente elogia Meirelles em posse de ministros

Há poucos dias longe do cargo, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles ganhou holofotes ontem na posse de dez novos ministros no Palácio do Planalto. Ao empossar o novo condutor da política econômica, Eduardo Guardia, o presidente Michel Temer aproveitou a deixa para redobrar elogios ao pré-candidato do MDB à sucessão presidencial.

Temer já convocou a primeira reunião ministerial com o novo time para amanhã. Sem notáveis na equipe que o acompanhará até dezembro, Temer afirmou que a nova formação mantém a "composição político-partidária" para garantir a continuidade da administração. "São mudanças que alteram a composição, mas não a qualidade da nossa equipe", justificou.

Temer procurou afagar Meirelles, que saiu descontente na semana passada da cerimônia que o MDB preparou para sua filiação. "Você nos deixa como um dos melhores ministros da Fazenda que o Brasil já teve", disse Temer sobre Meirelles.

Ele dedicou a maior parte do discurso da posse de Guardia para elogiar o antecessor. "Eu não preciso insistir no quanto o trabalho do Henrique Meirelles foi essencial para o Brasil recuperar a credibilidade das contas públicas, o crescimento sustentado", afirmou.

Quanto a Guardia, Temer ressaltou que ele assume, na Fazenda, "o time de um navio que nós todos pusemos no rumo certo, do crescimento e da geração de empregos e renda". Acrescentou que o novo ministro da Fazenda conduzirá a economia "com a mesma forma inteligente e serena de sempre".

Ao fim da cerimônia, Meirelles afirmou que a queda da bolsa e a alta do dólar na segunda-feira, no primeiro dia útil após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mostram que as incertezas ligadas ao cenário eleitoral vão ditar cada vez mais o tom dos mercados no país.

"Não há dúvida que cada vez mais o cenário eleitoral vai influenciar. Até o começo do ano influenciava pouco, era muito mais importante o que estava acontecendo no Brasil, o que estávamos fazendo [na política econômica]. Mas cada vez mais os mercados vão olhar a perspectiva dos próximos anos e o que está se configurando como cenário possível das eleições", analisou.

Nesse ponto, Meirelles apresentou-se como opção de equilíbrio. "Na medida em que fique cada vez mais claro o projeto e minha disposição de candidatura não há dúvida que isso gera um incentivo e uma tranquilidade para pessoas que queiram trabalhar, investir e viver no Brasil".

A solenidade de ontem também trouxe o desfecho do imbróglio que movimentou a cena política no começo do ano: a decisão judicial que barrou a posse da deputada Cristiane Brasil, do PTB, no Ministério do Trabalho.

Com o impedimento mantido pelo Supremo Tribunal Federal, o PTB pediu a Temer que o ministro interino, Helton Yomura, fosse efetivado no cargo, o que ocorreu na cerimônia de ontem. Yomura é advogado, foi secretário-executivo da pasta, e é um técnico da confiança do presidente da sigla, Roberto Jefferson.

Apesar da solução no Trabalho, o impasse prossegue quanto aos sucessores de Moreira Franco na Secretaria-Geral da Presidência, e de Sarney Filho no Ministério do Meio Ambiente. Até a solução definitiva, os secretários-executivos responderão pelas pastas: Joaquim Lima de Oliveira e Edson Duarte, respectivamente.

Ainda sobre a equipe econômica, Temer também fez elogios ao novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago. "Esteves é especialista em contas públicas e temos certeza que desempenhará com imensa competência a nova missão".

Além de Guardia, Colnago e Yomura, foram empossados ontem: **Moreira Franco (MDB), em Minas e Energia**, Rossieli Soares (DEM), na Educação, Alberto Beltrame (MDB), no Desenvolvimento Social, Marcos Jorge Lima (PRB), no Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Leandro Cruz Fróes (MDB), no Esporte, Vinícius Lummertz (MDB), no Turismo e Antônio de Pádua (MDB), na Integração Nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Rosângela Bittar****Título: Porque não se movem**

Nesta segunda-feira, a bolsa caiu, o dólar subiu, a desconfiança do mercado financeiro se elevou e as explicações foram, além da deterioração do quadro econômico internacional, a força de um fato genuinamente brasileiro: **Paulo Pedrosa não foi nomeado ministro das Minas e Energia** e deixou o governo acéfalo de poder para aprovar a privatização da Eletrobras. Que está emperrada, diga-se, não no governo, mas no Congresso. No Ministério o projeto correu célere com a participação e a influência das empresas de energia e do então secretário-executivo. As autoridades que deixaram seus cargos não têm mais votos no Congresso do que as suas substitutas.

Isso pareceu, apenas, aproveitamento máximo de uma onda de pressão. A inquietação real, e que deve estar abalando mercados de todos os tipos - financeiro, político, empresarial, acadêmico - é a indefinição, até este momento, da sucessão presidencial. A prisão de Lula não teve o poder para colocar em movimento as demais candidaturas, ainda. Uma vez imobilizado o candidato que ocupa o primeiro lugar nas pesquisas, a expectativa era que houvesse, de imediato, uma mexida maior no quadro das campanhas. O mundo girou mas, por enquanto, em torno do seu próprio eixo.

O PT manteve a candidatura Lula, apesar da prisão, não dando espaço ao início de trabalho com o seu substituto e sucessor. Lula também mostrou, no comício de despedida de São Bernardo, no sábado, que não está com muita vontade de indicar seu substituto na cédula. Basta ver a escolha que fez, ao apontar o candidato Guilherme Boulos (Psol), como a dizer que se não for candidato... vejam só quem pode ser.

O PT diz que Lula é o candidato mesmo sabendo que não é

No mesmo sábado dessa despedida, Marina Silva (Rede) lançou-se oficialmente candidata, num senso de inoportunidade ímpar, e não conseguiu sequer fazer uma bancada com número capaz de levá-la a participar dos debates na TV. Assim é difícil crescer além dos índices atuais.

Ciro Gomes é o mais citado como escolha alternativa do PSB e do PT. Seu potencial de crescimento deve ser o maior entre todos, mas precisa de um bom empurrão. Se recebesse apoio do PT, ou mesmo do PSB, estaria aí o fato novo para dar-lhe impulso. Esses apoios atrairiam outros, tornando a candidatura

mais viável. Mas ele mesmo tem dito que está tamponado, para dizer que se sente obstruído.

Depois de uma filiação quase clandestina e ainda não se sabe se foi em Brasília ou em São Paulo, no dia da posse do governador mais importante do partido, Márcio França, o ex-ministro do Supremo, Joaquim Barbosa, desapareceu de novo. A expectativa é que nas pesquisas seja um fenômeno do tipo Marina Silva: consiga um índice razoável de apoio popular mesmo que permaneça sem alianças e consistência político-partidária para crescer e governar, caso seja eleito.

No PSB já recebeu até nota de desestímulo à sua candidatura assinada pelo presidente do diretório do Paraná, Severino Nunes de Araújo, político na ativa que foi da confiança de Miguel Arraes. Joaquim tem um apoio minoritário no partido - um grupo liderado pelo deputado federal Júlio Delgado, de Minas Gerais -, mas nem o principal nome do PSB naquele diretório, Márcio Lacerda, manifesta entusiasmo. Outra parte do PSB quer ficar com Ciro, um grupo pende para Geraldo Alckmin, há a candidatura própria do PSB já inscrita formalmente, de Aldo Rebelo.

De seus aliados DEM, Solidariedade, PP, que estão conversando com o PSB, Márcio França já ouviu que estarão fora se Barbosa for o candidato. Os adeptos de Joaquim vão procurar estimulá-lo para não desistir, porque está bem nas pesquisas e seria uma espécie de Lula, levando parte de sua herança, sem os defeitos de Lula. Mas não se sabe como vai ganhar o eleitorado para sair do patamar ainda baixo em que deve aparecer.

Geraldo Alckmin prescinde apresentações quanto aos seus índices, estacionado que está nas pesquisas desde sempre. Ora fazem terrorismo com ele, dizendo-lhe que Luciano Huck se filiou a algum partido na semana passada, na surdina, ora o fantasma de João Doria candidato a presidente e não a governador reaparece. Doria estaria esperando os avanços das investigações da Lava-Jato em São Paulo para cair com tudo sobre a candidatura presidencial do PSDB.

Se houvesse um grupo importante de aliados, politicamente consistente para a governabilidade, ao lado de Alckmin, como as tentativas que fez no PP, no PR e DEM, poderia reagir. Essa articulação, foi impedida de ir adiante por Rodrigo Maia (DEM), que se lançou candidato para ter melhores condições de negociação. Resultado: Alckmin ficou e ainda está isolado. Rodrigo também. Jair Bolsonaro atingiu um ponto alto na escala, mas também parou.

O PT, enquanto não tem uma solução, continua dizendo que o candidato é Lula mesmo sabendo que não é. Os petistas baianos sumiram, largaram a briga

nacional para cuidar da reeleição de Rui Costa, que tem perdido apoios. Fernando Haddad não avança o sinal.

O PT paralisa o eleitorado de Lula enquanto ganha tempo para ver o que faz. Ciro não sai do lugar. O PSB, com suas várias alternativas, não se move. Os partidos, para evitar divisões, querem adiar definições para junho, julho.

O eleitor vê-se diante de uma oferta diversificada, pouco definida, e fica desconfiado. É preciso haver fato novo para mover as pesquisas numa ou noutra direção. E diante de tudo isso o mercado financeiro se abalou porque Paulo Pedrosa saiu do ministério?

Sem dúvida

A ministra Rosa Weber, do STF, quando proferiu seu voto no pedido de habeas corpus de Lula, se disse surpresa com as dúvidas sobre sua posição quando havia sinalizado, desde 2016, que na tese em abstrato é contra a prisão após condenação em segunda instância, mas em pleitos específicos, porém, votaria com a jurisprudência já firmada pelo colegiado, que é a favor. O ministro Marco Aurélio deve recolocar a questão de mérito se conseguir incluir em votação o pedido de liminar, ontem adiado para as calendas, para suspender execuções até o julgamento de ações diretas de constitucionalidade. Mas não significa que Rosa Weber vai votar a favor. Pois no julgamento anterior ela também disse que o Supremo não pode ficar mudando a jurisprudência de forma casuística. Então, a ministra pode votar contra ou a favor que estará sendo coerente com sua argumentação. Mas não poderá reclamar de quem tem sempre dúvidas sobre seus votos.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras

E-mail: rosangela.bittar@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Shandong estreia no Brasil com obra de R\$ 1,9 bi da Petrobras

A Kerui Método Construção e Montagem, joint-venture formada pela chinesa Shandong Kerui (51%) e a brasileira Método Potencial Engenharia (49%) para construir a unidade de processamento de gás natural (UPGN) do Comperj, planeja priorizar a contratação de fornecedores locais para o projeto e contratar mão de obra da própria na região de Itaboraí para a execução da obra. A

expectativa das empresas é que sejam gerados 2 mil empregos diretos no pico da obra, em junho de 2019.

"Esse projeto não tem [percentual de] conteúdo local [exigido]. Obviamente que queremos otimizar a utilização de recursos locais dentro do possível. Tem que ter competitividade. Mas a mão de obra é toda local. E queremos [contratar mão de obra] de Itaboraí e da região dos municípios do Leste Fluminense", afirmou Julia Paletta Crespo, diretora da Kerui Método Construção e Montagem e representante da Shandong Kerui Petroleum Equipment na joint-venture.

O consórcio venceu concorrência da Petrobras para a construção da UPGN oferecendo o menor valor pela execução do projeto, no valor de R\$ 1,94 bilhão. O contrato foi assinado no fim de março e a emissão da autorização de serviço, na última semana. O prazo para a execução do projeto é de 40 meses.

A Shandong Kerui Petroleum Equipment, braço de fabricação de equipamentos e prestação de serviços para o setor de óleo e gás da holding privada chinesa Shandong Kerui, trata o contrato da UPGN do Comperj com prioridade máxima. Segundo Julia, o projeto é tido como um "cartão de visitas" da companhia no país, onde estabeleceu escritório em 2015. Com atuação em 57 países, a Shandong Kerui Petroleum Equipment faturou cerca de US\$ 1,5 bilhão (o equivalente a quase R\$ 5 bilhões).

"Desde o começo, quando identificamos a [obra da] UPGN. Nosso foco foi fazer da UPGN uma vitrine para que pudéssemos mostrar o nosso trabalho e, a reboque desse projeto, expandir e assumir outros projetos de EPC [sigla em inglês para engenharia, aquisição e construção] e também poder vender mais equipamentos da Kerui no Brasil", completou a executiva.

A oportunidade para as duas companhias surgiu com o bloqueio cautelar das grandes empreiteiras do país

Dentro da estratégia de se associar com empresas locais, a Shandong Kerui buscou a parceria com a Método Potencial para disputar o contrato. "Na época, queríamos nos associar a alguém que não tivesse nenhuma restrição com relação ao bloqueio cautelar [da Petrobras], que tivesse histórico de transparência, com foco em ética, tivesse experiência técnica em processamento de gás natural e no Comperj. A método reuniu tudo", disse Julia. A Método executou o projeto de unidades de tratamento de águas ácidas do Comperj.

Apesar de já atender contratos da Petrobras há mais de duas décadas, a construtora brasileira obtinha até então projetos de menor porte. A oportunidade para as duas companhias surgiu com o vácuo aberto após a

operação Lava-Jato que culminou no bloqueio cautelar das principais construtoras do mercado brasileiro, implementado pela petrolífera estatal.

"Tivemos a satisfação de vencer a maior concorrência promovida pela Petrobras depois da Lava-Jato", afirmou Hugo Marques da Rosa, presidente da Método Potencial Engenharia. "Uma obra desse porte, antes de 2014, nós jamais poderíamos sequer sonhar em participar, embora tecnicamente temos total condições de fazê-la", disse.

As duas empresas ainda não têm um número fechado em relação à previsão de investimento no projeto. "É um número que ainda está sendo trabalhado. Os acionistas vão ter que fazer alguns aportes", contou Julia.

Com relação à UPGN, o projeto básico foi feito pela Petrobras. O consórcio então contratou a Chemtech para fazer a engenharia de detalhamento do projeto. Ainda neste ano, as companhias pretendem fazer as inspeções de materiais e remanescentes e a reforma do canteiro de obra.

Com a UPGN, a oferta de gás natural processado no país, hoje de 95 milhões de metros cúbicos por dia (m^3 /dia), crescerá em 21 milhões m^3 /dia. A oferta de gás natural processado especificamente do pré-sal passará de 23 milhões de m^3 /dia para 44 milhões de m^3 /dia. "A UPGN é um desafio muito grande. Uma obra complexa, fundamental para o país", disse Julia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Térmicas da Engie

A Engie Brasil Energia informou que o processo de negociação com a britânica ContourGlobal para a venda das termelétricas a carvão Jorge Lacerda e Pampa Sul "não evoluiu satisfatoriamente". Com isso, a Engie vai avaliar alternativas para continuidade do processo de venda de seu portfólio. A companhia colocou as usinas à venda como parte da estratégia de buscar fontes limpas de geração.

Ibama multa Anglo

O Ibama multou ontem a mineradora Anglo American em R\$ 72,6 milhões pelos dois rompimentos do mineroduto que transporta polpa de minério de ferro de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Os vazamentos, ocorridos em 12 e 29 de março, lançaram 947 toneladas de minério de ferro em Santo Antônio do Grama (MG),

segundo o Ibama. O órgão já havia determinado a paralisação das operações do mineroduto e a própria empresa decidiu paralisar suas atividades por 90 dias para checar se as falhas são estruturais. Foram aplicadas cinco multas à mineradora. Três delas são pelo primeiro vazamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rafael Bitencourt | De São Paulo e Brasília

Título: Eletrobras altera data para venda de distribuidora

O leilão de privatização das seis distribuidoras da Eletrobras não deve ocorrer no dia 21 de maio, como previa o governo até a semana passada. O presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, trabalha com uma data mais próximo do fim do mês. Em conversa com o **Valor**, executivo disse que a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema deve ser entregue até meados da próxima semana. "O edital deve sair na sequência, perto do dia 20", afirmou.

Ferreira Junior explicou que o edital pode ser publicado antes da conclusão de um acordo com a Petrobras que permita a desverticalização da Amazonas Energia, fundamental para que a privatização da Amazonas Distribuição seja bem sucedida.

A Eletrobras deve R\$ 20 bilhões à Petrobras referente à compra de combustíveis para geração de energia na região Norte. A maior parte dessa dívida se concentra na Amazonas Energia. Para concluir a separação entre as atividades de geração e distribuição da companhia, a Petrobras precisa aceitar a transferência da dívida da Amazonas Distribuidora para a Amazonas Geração e Transmissão.

As empresas já chegaram a um acordo sobre R\$ 17 bilhões da dívida total, mas resta um impasse sobre R\$ 3 bilhões que não têm lastro em recebíveis de fundos setoriais pela Eletrobras. O **Valor** apurou que as empresas tiveram uma reunião "muito positiva" ontem, mas sem um acordo até o momento.

Recentemente, Ferreira havia dito que o prazo máximo para esse acordo terminava hoje. "Esse era nosso prazo interno, eu trabalhava com uma folga", disse ele, completando que o limite máximo, na realidade, é 30 de abril, de acordo com uma decisão publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 1º de maio de 2015, que dava 36 meses para que a desverticalização fosse concluída.

"Meu limite para convocar o conselho de administração para aprovar isso é 23 de abril, uma semana antes do prazo. Estamos no dia 10, espero que a gente conclua a negociação em tempo", disse o executivo.

Ferreira Junior contou que teve uma longa reunião com **Moreira Franco, novo ministro de Minas e Energia**, no qual foi assegurado de que a privatização da estatal continua sendo prioridade do governo. Segundo o executivo, que acompanhou a cerimônia de posse dos novos ministros do governo ontem em Brasília, Moreira Franco se comprometeu a "colocar peso" no negócio, e teria perguntando também sobre a venda das distribuidoras e das sociedades de propósito específico (SPEs).

Segundo o presidente da Eletrobras, o ministro propôs a criação de um grupo de trabalho para acompanhar o assunto, e também deve participar, junto do executivo de uma conversa com o novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Dyogo Oliveira. O objetivo da conversa é alinhar a formulação da modelagem da privatização da companhia.

Sobre a escolha de Márcio Felix como novo secretário-executivo do MME, Ferreira Junior se disse muito satisfeito. "Ele é um sujeito sério, fiquei muito feliz", disse, descartando a chance que Felix possa priorizar uma agenda do petróleo, por ter ocupado antes a secretaria de petróleo e gás da pasta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Produção de cana supera as expectativas

A safra sucroalcooleira 2017/18 do Centro-Sul terminou com uma produção de açúcar e de etanol hidratado superior às estimativas iniciais do mercado e da indústria devido à forte recuperação do rendimento da cana-de-açúcar - favorecida pelo clima - e volume maior de matéria-prima moída.

A União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) informou que a moagem de cana do ciclo somou 596,313 milhões de toneladas, redução de apenas 1,78% ante 2016/17. No início da temporada, porém, a própria associação estimara que a moagem seria menor, de 585 milhões de toneladas.

Surpreendeu particularmente o teor de sacarose na cana, medido pela quantidade de açúcares totais recuperáveis (ATR), que ficou em 136,6 quilos por tonelada de cana moída, um aumento de 2,68% ante a safra passada. No total, portanto, a quantidade de sacarose nas usinas foi de 81,457 milhões de toneladas, um leve aumento de 0,85%.

A estimativa inicial era que o ATR total ficaria em 78,624 milhões de toneladas. O ATR é influenciado pelo clima. Quanto mais seco o tempo, como se observou durante o inverno, maior a concentração de sacarose na cana.

Esse maior rendimento compensou a redução da produtividade no campo. Segundo dados do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), a produtividade ficou em 75,99 toneladas por hectare, queda de 1,02%.

Como isso, as usinas do Centro-Sul puderam elevar sua produção de açúcar em 1,21%, para 36,059 milhões de toneladas - acima da estimativa inicial da Unica, de 35,2 milhões de toneladas.

A produção só não foi maior devido à mudança de mix no meio da safra. No acumulado de 2017/18, 46,46% da sacarose foi para produzir o açúcar, mais que na safra anterior, mas abaixo dos 46,99% estimados.

A produção de etanol também aumentou, mas o crescimento foi voltado ao hidratado, que ficou mais competitivo ante a gasolina principalmente após mudanças tributárias. Foram produzidos 15,672 bilhões de litros de etanol hidratado, um crescimento de 4,49% ante a safra passada e acima dos 13,861 bilhões projetados inicialmente.

Já a produção de etanol anidro, misturado à gasolina, caiu 2,19%, a 10,420 bilhões de litros, dada a migração da demanda do combustível fóssil para o etanol hidratado. A previsão era de 10,838 bilhões de litros. Do volume total de etanol produzido, a Unica identificou que 521,58 milhões de litros foram fabricados a partir do milho, alta de 123% em relação a 2016/17.

Para o diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues, o maior destaque foi a alta na produção de etanol hidratado. "Mesmo com retração no volume de cana, o setor ampliou a oferta do renovável em mais de 650 milhões de litros". Em toda a safra, operaram 278 usinas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Lucas Hirata | De São Paulo

Título: Articulação fraca é principal risco político, diz Volpon

A chegada de um presidente com pouca articulação no Congresso é o principal risco do quadro eleitoral. A falta de capacidade do governo para lidar com os parlamentares e levar adiante os ajustes fiscais poderia configurar um quadro semelhante ao de 2015: de crise econômica e política. Essa é a avaliação do

economista-chefe do UBS e ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Tony Volpon.

No entanto, o especialista ainda está otimista com as reformas mesmo que o processo até a aprovação das medidas seja tortuoso. "A situação está muito ruim [...] É quando a situação está péssima que as medidas certas acontecem", diz. "Ainda acho que a reforma será feita, mas pode ser de uma forma positiva ou negativa, com crise política, econômica", acrescenta. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Como pode ser definida a instabilidade recente mesmo após a prisão do ex-presidente Lula?*

Tony Volpon: A eleição começa a influenciar o comportamento dos investidores. Toda essa novela do caso Lula antecipa a questão eleitoral, que normalmente tomaria mais corpo na decisão dos agentes depois da Copa do Mundo. As pessoas estão vendo que será um processo extremamente incerto e isso gera uma preocupação antecipada. Vai ser uma disputa diferente e estamos bem longe da conclusão ou de mais clareza sobre o andamento. Mas a instabilidade tem várias fontes, não tem um culpado só. O ambiente externo está bastante volátil, como pode ser visto num gráfico do S&P 500. Estamos num ambiente mais incerto e obviamente isso afeta países mais frágeis, a exemplo do Brasil. E tem outros fatores mais específicos: as demissões no **Ministério de Minas e Energia**, as notícias de que o governo vai gastar mais neste ano. Tudo isso cria um mau humor. Não é que os fundamentos econômicos tenham piorado, mas o mercado trabalha com visão de mundo. E desta vez olha o copo meio vazio, em vez do copo meio cheio.

Valor: *Olhando só o quadro eleitoral, caiu a ficha no mercado de que não tem um candidato reformista despontando nas pesquisas?*

Volpon: Não sei se é bem isso. O Brasil tem uma questão fiscal tão dramática que é quase impossível que o próximo presidente não faça algo sobre isso. É essa leitura que eu tenho percebido com investidores. Qualquer pessoa que assuma a cadeira da Presidência em janeiro de 2019 vai ter de tentar algo. Desde o Bolsonaro até a ala mais moderada do PT, todo mundo sabe que vai precisar de um ajuste fiscal. Já vimos no caso da [ex-presidente] Dilma que um governo incapaz de lidar com o fiscal - essa é a percepção a partir de meados de 2015 - acaba gerando uma crise tamanha que inviabiliza politicamente o presidente. Sem entrar nos detalhes, a conclusão que fica é: um governo só é inviabilizado quando perde apoio político. Por outro lado, o Temer conseguiu rejeitar as denúncias porque tinha articulação no Congresso. E tudo isso num contexto da melhora da economia. Talvez se não tivesse a recuperação

econômica não teria o mesmo resultado. Essas coisas se conversam e a classe política entendeu isso.

Valor: *Mas, então, qual é o risco principal da eleição?*

Volpon: O risco mais concreto é chegar alguém com apoio muito pequeno no Congresso. A capacidade de executar a reforma, achando uma efetiva base de apoio no Congresso, é o problema principal. Não acho que é o momento de olhar isso, mas é a questão principal. Pode ser que tenhamos um presidente que queria fazer reformas, um ministro da Fazenda que é um bom técnico e tenha ideias corretas, mas não consiga apoio do Congresso. E aí voltamos para o cenário de 2015. Ainda acho que a reforma será feita, mas pode ser de uma forma positiva ou negativa, com crise política, econômica etc.

Valor: *Como definir o quadro eleitoral que vai se formando agora? Temos vários pré-candidatos, como Joaquim Barbosa, Henrique Meirelles...*

Volpon: É normal ter muitos pré-candidatos nesse ponto do ciclo eleitoral. Só vamos ver grandes coligações mais para frente. Se haverá um afunilamento até lá, haverá. Mas temos de ver que cachorro sai desse mato. O mercado está apostando muito que vai sair um cachorro bom desse mato eleitoral. E, se não sair, vai ter de reagir e vamos cair num cenário de 2015. Tem gente que aposta que sairá uma grande coligação ao redor do Alckmin e isso o levará a ser o candidato competitivo contra um candidato à direita, como Bolsonaro, ou à esquerda, talvez alguém indicado pelo Lula. Outro cenário é que essa grande coligação de centro não ocorra. E acaba tendo várias candidaturas que disputam o mesmo espaço político e se anulam. Nesse caso, teria alguém da esquerda, de novo turbinado pelo Lula, contra o Bolsonaro.

Valor: *Mas qual cenário tem mais chance? E quem teria mais apoio do Congresso?*

Volpon: É cedo para falar, depende do tipo de eleição. A Dilma venceu por margem muito estreita e isso a enfraqueceu politicamente. E a capacidade de articulação no Congresso, que era relevante no primeiro mandato, decaiu muito e ela não conseguiu aprovar nada.

Valor: *Podemos ficar mais pessimista ou otimista sobre relação do Congresso com futuro presidente?*

Volpon: Estou otimista, mas é um otimismo meio estranho. Estou mais positivo porque a situação está muito ruim. É quando a situação está péssima que as medidas certas acontecem. Foi assim com o Real, com a desvalorização de 1999, a crise de 2015. É quando o contexto está bom que cometemos muitos erros.

MME / ASCOM .